

**Comunidades Eclesiais de Base de Mutuípe e os Movimentos Sociais (1980-2000).
A Experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.**

Luiz Argolo de Melo¹

1. A GÊNESE DAS CEBs NO BRASIL E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO.

As origens das CEBs no Brasil podem ser encontradas na confluência de múltiplos sinais a partir do final da década de 1950, ampliando suas perspectivas com o rico contexto de mobilização popular que marcou o início dos anos de 1960. Em geral, encontra-se o fundamento da origem das CEBs na experiência de catequese popular na Barra do Piraí (RJ) ou do Movimento da Diocese de Natal (RN). Segundo Teixeira (1988), o contexto sócio-cultural e eclesial nacional foi marcado pela presença viva de movimentos como a Ação Católica (em especial, a Juventude Universitária Católica, Juventude Estudantil Católica e Juventude Operária Católica), Movimento de Educação de Base (MEB) e o Movimento do Mundo Melhor, com os Planos de Pastoral da CNBB.² Esses movimentos espalharam as primeiras sementes de uma reflexão atualizada do evangelho voltada para a causa dos mais pobres no seio da Igreja e da sociedade brasileira.

Caramuru (1967), fazendo uma abordagem sobre o tema, afirma que o movimento das CEBs surgiu, sobretudo, da necessidade sentida por muitos de uma ação pastoral evangelizadora mais ampla e mais intensa, e de uma comunidade de Igreja que possibilitasse aos cristãos uma participação responsável, relacionamento maduro de seus membros e presença efetiva como fermento na sociedade dos homens. Isto é, com as CEBs, os cristãos assumem sua parcela de responsabilidade como cidadãos do mundo e responsáveis, ao mesmo tempo, pela sua mudança.

¹ Licenciado em História pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia) e Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local – UNEB – CAMPUS V. Santo Antonio de Jesus – Bahia/Brasil. E-mail: luizargolo@gmail.com

² CNBB - Conferência dos Bispos do Brasil. Fundada em 1952, a CNBB articulou dois grandes planos: Plano de Emergência, no qual faz uma opção pelas comunidades de base, e o Plano de Pastoral de Conjunto.

Esses aspectos, por si só, não elucidam totalmente a gênese das CEBs no Brasil. Teixeira (1988) diz que é necessário mencionar também os movimentos mais amplos de renovação eclesial iniciados no início do século XX e sancionados pelo Concílio Vaticano II. Esse Concílio mostrou sua potencialidade pastoral em sua abertura para o mundo e para a história e, ao mesmo tempo, sua densidade de reflexão, postulando a imagem da igreja como sendo o “povo de Deus a caminho.”

A *Lumen Gentium*,³ constituição dogmática do Concílio Vaticano II, promulgada em 21 de novembro de 1964, consolida a natureza e missão da Igreja e, nesse sentido, enfatiza o caráter da Igreja como “Povo de Deus.” Como “Povo de Deus,” a Igreja é toda ministerial. Assim, os leigos⁴ adquirem o papel de protagonistas da evangelização, são convocados a participar ativamente do apostolado; não são mais agentes passivos, são sujeitos da evangelização no mundo.

As CEBs, como organismo organizado e atuante da Igreja Católica, buscam respaldo e legitimidade no Concílio Vaticano II. Esse Concílio é considerado por alguns autores como a abertura da Igreja para a modernidade⁵. Além disso, as CEBs ou a “Igreja dos Pobres”, como são chamadas por muitos, se fortalecem ainda mais com as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín, em 1968, que completaram o imaginário eclesial com a temática da Libertação e Puebla, em 1979, com a evangélica “*opção preferencial pelos pobres*,”⁶ assumida declaradamente pela Igreja Católica da América Latina.

³ A **Lumen Gentium** (1964). (*Luz dos Povos*) é um dos mais importantes textos do Concílio Vaticano II. O texto dessa Constituição dogmática foi demoradamente discutido durante a segunda sessão do Concílio. O seu tema é a natureza e a constituição da Igreja, não só enquanto instituição, mas também enquanto Corpo místico de Cristo. Foi objeto de muitas modificações e emendas, como, aliás, todos os documentos aprovados. Roma.

⁴ Segundo Boff (2004), o termo leigo não se refere àquele que não sabe nada, mas àqueles que, ao se perceberem como igreja, trazem para o dia-a-dia da comunidade a vida por eles vivida. Colocam-se em diálogo com a sociedade, situam-se diante da realidade estruturada que os oprime e desafia a vida comunitária e de fé a dar novos passos transformadores.

⁵ De acordo com MAINWARIG, o Concílio Vaticano II enfatiza a missão social da Igreja; declara a importância do laicato; exige maior responsabilidade entre o Papa e os Bispos e entre os Bispos e os Leigos; concebe a Igreja como Povo de Deus; valoriza o diálogo ecumênico e requer uma leitura mais acessível.

⁶ Segundo Boff (2004), a opção pelos pobres significa, antes de mais nada, uma conversão no sentido de valorizar a pessoa do pobre: vê nele não apenas um carente, mas uma pessoa humana que tem ideias, que tem sofrimentos, que merece ser ouvida... de repente se descobre que o pobre não é só pobre, mas que tem uma força, uma riqueza.

Inicialmente, as CEBs foram um fenômeno eclesial. Porém receberam influências de toda uma conjuntura sociopolítica. Nesse sentido, na conjuntura da Ditadura Militar, que se estabeleceu no Brasil em 1964, as CEBs adotaram função relevante nas lutas do povo brasileiro e no processo de redemocratização da sociedade brasileira.

Dessa forma, afirma Miranda (1979) que um novo modo de ser igreja começa a se organizar e a se expandir. Assim, segundo Soares (2001), surge uma Igreja descentralizada, abrindo amplo espaço para a participação dos leigos e se colocando como instituição em contato com o povo e, principalmente, reconhecendo, em cada pessoa, o grande motor de sua ação e o sujeito agente de sua própria história, com suas dificuldades, erros e acertos, desenvolvendo também um amplo processo de educação popular.

A “nova forma de ser igreja” foi adotada por setores comprometidos com um maior engajamento pastoral e social e, principalmente, a partir da (TdL) Teologia da Libertação,⁷ que se configura como fundamento teórico das CEBs. A Igreja Católica começa a trabalhar fortemente na base, com o povo, especialmente o do campo. Boff (2004) assegura que é nesse terreno que se vive uma fé engajada, em que se percebe uma vontade de mudança social e assim a fé surge como o “motor da mobilização”. Ele afirma, ainda, que à luz das leituras que fazem, discutem salários, saúde, terra, água e esgoto e direitos humanos. É nessa perspectiva que a fé se articula com a política. E dessa “articulação direta e concreta nasceu a Teologia da Libertação, que quer ser uma articulação mais crítica e pensada entre o discurso da fé com o discurso do mundo, da economia, da política e da cultura, sempre na perspectiva dos pobres.” (BOFF, 2004, p. 08). É importante ressaltar que, quando se trata de “pobres” não se está reportando apenas os desprovidos de renda. Sem (1999) ajuda nesta discussão na medida em que traz um novo enfoque do que venha a ser a *pobreza*. Traz uma original discussão em

⁷ Corrente Teológica originária da América Latina que rapidamente se alastrou pelo resto do mundo, que defende um engajamento político dos cristãos nas lutas sociais, buscando a transformação da sociedade. Nos anos setenta, influenciou decisivamente os movimentos de renovação pastoral, principalmente as CEBs, em toda a América Latina. Segundo Clodovis Boff, “A TdL, se auto define como um “novo modo de fazer teologia”. Esse novo modo se caracteriza por uma palavra: Práxis. Práxis aqui é entendida, sobretudo, como uma prática política, a saber: como ação de intervenção sobre as estruturas sociais. Portanto, é em relação à práxis que distingue a TdL” in BOFF, Clodovis(1978).Comunidade Política-Comunidade Eclesial: Ensaio de Eclesiologia Política, Petrópolis, Vozes.

que o problema passa a ser visto como privação de capacidades básicas e não apenas como baixo nível de renda. Modificando o entendimento da natureza e das causas da pobreza e da privação, o foco da atenção passa dos meios para os fins que as pessoas buscam e as liberdades que podem alcançar.⁸

2. AS CEBs EM MUTUÍPE

A Diocese de Amargosa, no início da década de 1960, mesmo antes da realização do Concílio Vaticano II, torna-se pioneira na Bahia ao suscitar as primeiras discussões no sentido de “promover meios que favoreçam a formação de um relacionamento humano para a criação das comunidades de base.”⁹ Porém, essa proposta só é posta em prática no ano de 1975, por ocasião do planejamento diocesano, do qual participavam leigos, religiosos e padres, decidindo por investir na “Comunidade Eclesial de Base como prioridade para a ação pastoral”.¹⁰ Nessa época, mais precisamente nas últimas duas décadas do século XX, viveu-se na Igreja Católica, diocesana, em consonância com as diretrizes nacionais da CNBB, a formação das CEBs, onde as reflexões, “à luz da Bíblia,” baseavam-se na concepção de que “o Reino de Deus começa no meio do povo, na busca de condições dignas de sobrevivência,” como enfatiza Angelina Santos Reis.¹¹

A gênese das CEBs em Mutuípe é marcada na memória dos líderes como sendo “oficial” no final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Nesse caso, há um início “vivencial” e um início “oficial,” conforme apontam as narrativas. O segundo aparece melhor assimilado pelos participantes e líderes da CEB, como evidencia Miralva Helena Santos Souza, animadora da CEB do Pastinho:¹²

[...] no ano de 1979, mês da Bíblia, setembro, uma pessoa da Paróquia, dona Francisca, uma viúva, membro do apostolado da oração, foi enviada, a pedido do padre da paróquia, a

⁸ SEN, Amartya (1999). Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras.

⁹ Arquivo da Secretaria Diocesano da Diocese de Amargosa - Bahia. Arquivo 3, p 1-6.

¹⁰ Idem. p. 5

¹¹ Angelina Santos Reis é professora do Ensino Fundamental e líder da CEB do Pastinho. Entrevista cedida em 08 de agosto de 2010.

¹² A CEB do Pastinho é considerada pelas lideranças das CEBs como sendo a primeira Comunidade Rural a ser criada na concepção de uma verdadeira CEB.

procurar a professora Francisquinha para fazer uma reunião, no domingo à tarde, mês de setembro, mês da Bíblia. Ela veio e reuniu a gente na casa de Tezinha. Foi a primeira reunião, e a partir daquele dia a comunidade passou a se reunir.

A partir do ano de 1979, as CEBs são formadas percorrendo três fases conectadas, como descreve Frei Betto (1981), sendo a primeira a comunidade em si, centrada em sua motivação religiosa, buscando nos evangelhos as pistas para sua atividade social. A segunda fase é a dos movimentos populares surgidos com a participação dos membros da comunidade para reivindicar estradas, escolas, etc. Assim, a dimensão social supera a religiosa, por isso, muitas vezes, as CEBs são acusadas de só falar de política ou de lutar pela causa dos empobrecidos. A terceira fase se dá com o fortalecimento do movimento operário. Muitos membros das CEBs participam do movimento sindical e procuram valorizar o sindicato como verdadeiro órgão de classe. Contudo, a confluência dessas três últimas fases as leva à quarta, caracterizada pelas novas formas de direcionar as demandas do grupo, através de canais como os partidos políticos, o que resulta na inserção dos seus membros na disputa política partidária.

3.1 O início: entre rezas, catequese e novenas.

As narrativas sobre o início das CEBs em Mutuípe evidenciam uma autonomia dos animadores dos grupos urbanos ou rurais que realizavam algum trabalho de animação na Paróquia. Muitas pessoas das diversas localidades do município, ou nas regiões onde já existiam “capelas”, desempenhavam atividades de cunho catequético, participavam das missas e rezavam ladainhas nas casas; porém, não se reconheciam como comunidade. Isso fica evidenciado na narrativa de Francisca Macedo Carvalho,¹³ animadora da comunidade do Pastinho: “nesse tempo eu já dava catequese. Eu já era da comunidade, não uma comunidade participativa, mas a gente já fazia as orações, rezas, ladainhas e primeira comunhão na escola, participava e ajudava na animação das missas.”

¹³Animadora da Comunidade do Pastino e professora aposentada. Entrevista cedida em 09 de agosto de 2010.

No final da década de 1970, o bispo diocesano designou o Padre Esmeraldo Barreto Farias para pastorear as paróquias de Mutuípe, Jiquiriçá e Ubaíra, todas situadas na Região do Vale do Rio Jiquiriçá. Com a atuação desse padre, as celebrações das missas e as reuniões de grupos se tornaram verdadeiras catequeses, pois, “à Luz da Palavra de Deus,”¹⁴ eram trazidos para as reflexões os problemas sociais que afetavam diretamente os moradores desses municípios. Nessa perspectiva, as pessoas “mais interessadas”¹⁵ dessas paróquias eram convocadas pelos agentes de pastorais¹⁶ para aprofundarem sua “fé com a vida,” tendo sempre a leitura dos Evangelhos e as Cartas de São Paulo como pano de fundo.

O trabalho de base foi se dando aos poucos, com os leigos. O padre Esmeraldo Barreto Farias continuava a se reunir com os grupos das comunidades, realizando estudos de aprofundamento da Bíblia e motivando outras pessoas a assumirem o trabalho de novenas, catequese, grupos de jovens, preparação para o batismo e crisma. A comunidade era formada seguindo inicialmente a criação de turmas de catequese por intermédio de agentes leigos. Dessa maneira, buscava-se atingir as crianças pela catequese e o conjunto de famílias pelos encontros de casais, além dos grupos de jovens. Os agentes eclesiais, nesse caso, o padre Esmeraldo Barreto Farias e as Irmãs Filha do Calvário, fizeram suscitar, motivar, despertar, gerar novas comunidades.¹⁷ “Foi um trabalho intenso e constante de valorização de lideranças locais,” recorda Miralva Helena Souza.¹⁸

O leigo era envolvido em todas as atividades na comunidade, principalmente na catequese. O trabalho realizado nas três paróquias pelo padre Esmeraldo Barreto Farias e outros religiosos favorecia o intercâmbio entre os líderes das comunidades, sendo a

¹⁴Essa expressão era utilizada por setores mais progressistas da Igreja Católica, o que representava a utilização da Palavra de Deus para enxergar os problemas que afetavam a comunidade, desmistificando a ideia de que “tudo é porque Deus quer.”

¹⁵O termo “mais interessado” se refere às pessoas que tinham uma visibilidade na comunidade e que apresentavam uma “consciência mais críticas” da realidade em que viviam.

¹⁶Agentes de Pastorais são padres, freiras, seminaristas e leigos formados na própria Diocese de Amargosa de outras dioceses da Bahia. Nesse período vieram assumir os trabalhos na Diocese de Amargosa alguns padres da Espanha e as Irmãs Filha do Calvário, também da Espanha.

¹⁷Até a segunda metade da década de 1980, segundo pesquisas nas atas dos sindicatos dos trabalhadores, já existiam mais de cinco comunidades, entre elas: Comunidade de Água Fria (a mais distante da sede, 27 km), do Córrego, da Pindoba, do Cariri e Bom Jesus.

¹⁸Agente Comunitária de Saúde e diretora do sindicato. Entrevista cedida em 10 de agosto de 2010.

paróquia de Jiquiriçá a sede dos encontros de preparação, animação e formação das lideranças para realização dessas atividades religiosas, bem como da formação sindical.

3.1 A convergência para a bíblia: *evangelho e realidade social*

As experiências nas CEBs passaram a ser difundidas pela força do testemunho e exemplo, garantidas pela centralidade na bíblia. Buscava-se uma igreja renovada, que pudesse assumir os problemas, as dificuldades e as alegrias dos empobrecidos: uma comunidade adulta, comprometida com valores cristãos, mas igualmente com o povo e com a sua libertação. As narrativas abaixo centralizam a palavra de Deus na vida das comunidades:

*[...] começamos a fazer as reuniões e ler a palavra de Deus... e começamos a entender. Porque antes ninguém entendia muito a palavra de Deus. Achava que pobre só tinha que rezar e esperar a salvação. O Evangelho veio clarear.*¹⁹

*[...] quando se refletia o evangelho, não era só refletir e deixar por aí. Era refletindo o Evangelho, fazendo comparações com a nossa vida e vendo que o sofrimento não era porque Deus queria. Porque, até então, era assim: o pessoal dizia: “é porque Deus quer.” Ficava calado, não reivindicava, não procurava ver os seus direitos. Então, com o trabalho da comunidade, as pessoas foram descobrindo que Deus era Pai de todos nós. E o que é que a gente precisava fazer? Lutar para poder defender o que era nosso.*²⁰

Segundo Teixeira (1988), um elemento que se destaca em todas as reflexões pertinentes sobre as CEBs é o lugar conferido à Bíblia nas experiências das comunidades. Ela constitui o *núcleo fundante* das CEBs, o elemento identificador de sua eclesialidade. A Bíblia, nesse sentido, torna-se a base de sustentação e vitalidade das comunidades, do núcleo conformador do universo motivacional dos mais pobres. A acolhida da Palavra de Deus e a vivência comunitária da fé são indissociáveis na história das CEBs em Mutuípe. A Bíblia faz parte do dia-a-dia das comunidades,

¹⁹ Francisca Macedo Carvalho.

²⁰ Antonio Apolinário de Souza é trabalhador rural e líder da Comunidade Rural do Córrego. Entrevista cedida em 10 de janeiro de 2011.

estando presente nas novenas, nos grupos de jovens, na catequese, nos momentos de formação, nos círculos bíblicos, na reza e nas ações que visam superar as desigualdades e injustiças sociais. Nas palavras de D. João Nilton dos Santos Souza,²¹ bispo da Diocese de Amargosa, “a Bíblia passa para as mãos do povo, onde ocorre um redescobrir da palavra de Deus. As CEBs vêm dar um novo significado para a Bíblia, já que passa a ser proclamada numa linguagem que o povo compreendia.” D. João Nilton destaca ainda:

O que era a Palavra de Deus para o povo? Praticamente nada. O povo apenas ouvia a Palavra de Deus na Igreja, na proclamação do Evangelho e, a partir de um determinado momento, o povo passou a escutar na sua própria língua. Houve uma redescoberta da Bíblia, como livro de Fé. A Bíblia nas mãos do povo.

As novenas, os círculos bíblicos eram espaços privilegiados em que o leigo se coloca como sujeito eclesial, assumindo seu lugar na comunidade e na sociedade. As reflexões eram orientadas pelo método da Ação Católica: “Ver, Julgar e Agir.”²² Isso possibilitava que o protagonismo dos leigos nas CEBs se tornasse a expressão viva de uma Igreja que se renova “animada pelo Espírito Santo.” Foi a partir da reflexão bíblica que as comunidades começaram a visualizar os problemas sociais nelas existentes. Os subsídios utilizados, nesses encontros, eram preparados pela própria diocese com a participação de padres, religiosos e leigos, obcecando a um novo esquema pastoral baseado nesse mesmo método, no qual buscavam olhar a realidade em que viviam (Ver), julgá-la com os olhos da fé (Julgar) e encontrar caminhos de ação impulsionados por esse mesmo juízo à luz da fé (Agir). A ação encontrava respostas variadas segundo as circunstâncias, transcendendo os limites da igreja. Como lembra Angelina Santos Reis,

²¹ A Diocese de Amargosa é uma Circunscrição Eclesiástica da Igreja Católica no Estado brasileiro da Bahia, fica sediada no município de Amargosa e seu governo está entregue ao zelo pastoral de Dom João Nilton dos Santos Souza que assume essa função desde 10 de março de 1988.

²² Tanto a Teologia da Libertação quanto a Educação Popular incorporaram o conhecido método utilizado pela Ação Católica Brasileira (ver-julgar-agir) e ajudaram a entender as causas da pobreza, da miséria e da exclusão social. Com a apropriação da pedagogia libertadora, que valoriza o diálogo, a participação e a práxis, houve um avanço significativo no processo de capacitação cidadã e empoderamento popular. MESTERS C, OROFINO F, *Sobre a Leitura Popular da Bíblia*, disponível em: http://ar.geocities.com/rebilac_coordcont/mesters_orofino, acesso em: 27 julho 2010.

no livro da novena era sempre assim: tinha uma parte do evangelho, mas também tinha um fato da vida, contava sempre um problema do povo. E a partir daquele problema, quando a gente começava a refletir, via o problema da comunidade. Levantava os problemas da comunidade e dava um direcionamento.

As CEBs instauram, de acordo com Teixeira (1988), uma nova hermenêutica²³ bíblica nas comunidades, propiciadora de uma leitura libertadora da Bíblia. Trata-se de uma interpretação dinamizada pela opção em favor dos pobres, que revela uma íntima ligação da Palavra com a vida do povo. Segundo Alberti (1996), isso significa compreender o eu no outro. Com a nova maneira de ler a Bíblia, as pessoas na comunidade passam a compreendê-la e reconhecê-la como sua obra, que reflete a sua própria realidade. A familiaridade que as CEBs trouxeram em relação à Bíblia, segundo o bispo diocesano, fez com que “os pobres e menos esclarecidos tivessem acesso a esse livro, deixando de ser misterioso e obscuro, para ser a Palavra de Deus, para ser pão, para ser comida por todo mundo”. Neste caso, os membros das comunidades (re)apropriam-se da “Palavra de Deus” que passa a expressar, para eles, fonte de animação e vida. Entretanto, são instauradas, nas comunidades, novas formas de participação dos leigos, nos serviços e na organização da comunidade, em que cada indivíduo passa a se considerar sujeito eclesial, adotando, com responsabilidade, os serviços das CEBs.

Com o amadurecimento das CEBs, as pessoas se tornaram mais esclarecidas e perceberam que tinham direitos, que eram cidadãos possuidores de vez e voz. Nessa fase, “as CEBs dão um salto qualitativo de aprofundamento da consciência da própria dignidade e da identidade pessoal e comunitária, que dão consistência e significado ao conjunto das atividades” (PETRINI, 1984. p. 90). Os membros das CEBs eram dotados de certa concepção de sociedade e, por meio do trabalho em conjunto, buscavam fazer uma intervenção social, no sentido de chegar a um novo modelo de sociedade:

²³ Segundo ALBERTI (1996), o modo de pensar hermenêutico, que não se resume obviamente à filosofia de Dilthey, consiste em valorizar o movimento de se colocar no lugar do outro para compreendê-lo e em acreditar que as coisas (o passado, os sonhos, os textos, por exemplo) têm um sentido latente, ou profundo, a que se chega pela interpretação. Ver, a respeito da hermenêutica e de Dilthey, Alberti, Verena. A existência na história: revelações e riscos da hermenêutica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v.9, n.17, , p.31-57 (disponível para *download* no Portal do CPDOC: www.cpdoc.fgv.br).

igualitária e justa. O envolvimento dos membros das CEBs nas questões sociais na busca por dias melhores fica evidente nestas falas:

[...] na medida em que a gente cresceu na Fé... a gente não tem mais só que rezar, a gente tem que lutar pela vida e buscar os seus direitos. Foi uma bênção de Deus, porque até aí os pobres não conheciam os seus direitos, tinham até vergonha de falar com os ricos. Nós começamos a nos despertar... ver que as injustiças sociais eram muitas... Fomos estudando que era importante a gente se organizar, através do Sindicato.²⁴

Se a nossa Fé não fosse movida pela Ação, não tinha tanto resultado. A nossa missão era viver a Fé em Deus, mas também lutar pelos nossos direitos, por um mundo melhor, mais digno, por aquilo que era bom para o povo.²⁵

Em algumas narrativas, a preocupação dos líderes com o papel social das CEBs foi frequente. Assim, as comunidades identificaram alguns problemas que afetavam diretamente a vida das pessoas mais pobres, como saúde, escolas, estradas. Ao serem suscitados todos esses problemas nos encontros da comunidade, as pessoas foram percebendo que o problema de um era do outro também. Como consequência, algumas bandeiras de lutas foram levantadas nas Comunidades Rurais, conforme evidenciam as narrativas seguintes:

No ano de 81, teve uma grande concentração em Jiquiriçá; fizemos a reivindicação da Previdência Social, para melhorar a situação do povo na região.²⁶

... aqui no Pastinho, antes de ser uma comunidade, a escola funcionava na casa de uma pessoa, até mesmo numa casa de farinha; as crianças estudavam debaixo de uma árvore. Quando a gente começou a refletir aqui na comunidade, descobrimos que a gente tinha o direito de ter uma escola digna, um prédio. Aí lutamos... fomos até o poder público e conseguimos uma escola, um prédio para a comunidade. Estrada não tinha e mesmo a gente não tendo uma associação organizada, mas na CEB, na Igreja, a gente

²⁴ Francisca Macedo Carvalho.

²⁵ Angelina Santos Reis.

²⁶ Francisca Macedo Carvalho.

*criava uma comissão e ia até o poder público reivindicar esses direitos.*²⁷

Observa-se, nessas narrativas, que a Igreja Católica, por meio das CEBs, estava sempre presente para orientar as lideranças a procurarem a melhor forma de encaminhar os problemas das comunidades, tanto na esfera local como na regional, fato que desagradava a muito àqueles que não apoiavam o movimento de luta por melhorias na comunidade. Nessa fase, as CEBs centram-se diretamente nas questões sociais, trazendo para as reflexões bíblicas os problemas que afetavam a comunidade. Período difícil, pois muitos membros das CEBs se afastaram, acusando-as de fazer política e de serem revolucionárias. Porém, o trabalho de base continuava sendo intensificado pelos agentes de pastorais. A narrativa de Manoel Martins Melo,²⁸ da CEB Água Fria, reporta a essa questão:

[...] quando começamos a fazer o trabalho de comunidade, aqui, muita gente começou a dizer que a reza era só para falar de política ou de lutas..., muita gente que não entendia...Mas quando as pessoas foram entendendo, descobriram que não era isso não.

Com a atuação das CEBs nas questões sociopolíticas, seus participantes conquistaram força e visibilidade para intervenção na sociedade. Nesse período, não existiam instituições que representassem os trabalhadores rurais, daí a força da Igreja Católica, por meio das CEBs, para reivindicar benefícios para a comunidade, como recorda Erasmo Correia Santos,²⁹ Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais: “O sofrimento era muito. Então, muita gente vinha para a comunidade para falar dos seus problemas e buscar soluções.” Como os problemas nas CEBs eram comuns, como falta de estradas, escolas, falta de atendimento médico e de abastecimento de água potável, a comunidade se reunia em assembleia, decidia as prioridades e encaminhava ao poder público local ou até mesmo estadual e/ou federal.

Pelo grande destaque das questões sociopolíticas, houve interferências de pessoas da comunidade ou de grupos políticos no trabalho desenvolvido pelas CEBs,

²⁷ Idem.

²⁸ Manoel Martins Melo é trabalhador rural e diretor sindical. Entrevista cedida em 10 de janeiro de 2011.

²⁹ Erasmo Correia Santos é trabalhador rural e diretor do sindicato dos trabalhadores rurais. Entrevista concedida em 08 de agosto de 2010.

principalmente junto aos trabalhadores rurais, na medida em que os membros das CEBs eram influenciados por grupos políticos que viam no movimento das comunidades uma ameaça ao poder político instituído. À medida que os membros das comunidades eram influenciados pelas ideias dos representantes da política local, regional e estadual, iam se tornando pessoas que, segundo Miralva Helena Santos Souza, “eram pequenos, mas tinham cabeça de grande”, ou seja, agiam como os poderosos. Paralelo ao discurso dos grupos dominantes, eram intensificadas, nas CEBs, reflexões “à luz da palavra de Deus”, fazendo crer que “os pequenos deveriam acreditar nos pequenos”. As músicas cantadas nos encontros das comunidades reforçam esse discurso: “eu acredito que o mundo será melhor quando o menor que padece acreditar no menor.”

3.2 CEBs e participação sindical: *Fé e luta do povo*

Pobreza política é o pobre não saber as razões de sua pobreza e acreditar que a solução para os pobres pode ser alcançada sem os pobres (Leonardo Boff).

Até a segunda metade da década de 1980, na paróquia de Mutuípe já existiam muitas comunidades rurais.³⁰ Nesse mesmo período, entre os anos de 1984 a 1986, os estudos sobre o sindicalismo rural foram se intensificando nas CEBs rurais. Recorda Gilvan Souza Santos, líder sindical, na sua narrativa, que o Brasil se encontrava, ainda, na ditadura militar. E, apesar de algumas aberturas políticas, ainda experimentava o medo do poder local que dominava a cidade há mais de 60 anos, impedindo, muitas vezes, a realização do trabalho comunitário:

Nós tínhamos um pouco de receio, porque estávamos em pleno regime militar, ainda. O poder local não permitia que se usasse uma sala de aula, uma escola na roça para fazer uma reunião com os trabalhadores; muitas vezes, éramos obrigados a reunir nas casas das pessoas às escondidas, mas as pessoas também tinham medo, até mesmo aos domingos, debaixo de uma árvore. A liberdade de expressão era

³⁰ As CEBs eram denominadas, na paróquia, de Comunidade Rural.

totalmente proibida, pois os poderosos, que dominavam o município há mais de 60 anos, não permitiam isso.

Segundo Frei Betto(1981), o golpe militar de 1964 cerceia as organizações populares e sindicais e as lança na clandestinidade. Na prisão ou no exílio, as lideranças do movimento popular, todavia, proliferam por toda parte; eram pequenos grupos que articulavam gente de origens muito diversas.³¹

Se uma das características fundamentais das CEBs é a articulação que elas conseguem fazer entre *fé e vida*, evangelho e compromisso social, cabe, no entanto, aprofundar tal relação. Esse aprofundamento era feito nos próprios encontros da comunidade ou até mesmo nas celebrações das missas, pois o medo da repressão do poder político e/ou econômico local não permitia que se reunissem os grupos, mesmo que fosse apenas para estudar os documentos do movimento sindical. Frei Betto (1981) salienta que, ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço, de acordo com Frei Betto, foi a igreja, única instituição do país que, por sua índole histórica, escapa ao controle direto dos poderes públicos. Nesse sentido, os encontros das CEBs, muitas vezes, “clamufavam” os estudos e planejamento do movimento sindical no município.

A partir dos estudos e aprofundamento do movimento sindical no país, as CEBs começaram a enumerar outros problemas existentes nas comunidades, como a falta de crédito agrícola, exploração do trabalhador rural e falta de aposentadoria. Com o conhecimento da realidade social local, os líderes das CEBs, juntamente com os trabalhadores rurais, começaram articulando com municípios vizinhos formas de lutas e organizações trabalhistas, afim de mudar a situação. É na luta por água potável, por exemplo, que o trabalhador rural desvenda o exato caráter do regime político em que ele vive e perde suas ilusões a respeito dos interesses do Governo pelo povo. “É nessa luta que ele adquire confiança na organização e mobilização popular,” lembra Frei Betto (1981. p.9).

³¹ Esses grupos, segundo Frei Betto, à primeira vista, não causavam suspeitas aos braços repressivos do aparelho de Estado. As pessoas reuniam-se em novenas, romarias, círculos bíblicos, como ainda hoje, sem que isso trouxesse apreensão tanto a elas quanto aos órgãos de segurança. Vão surgindo então quatro modalidades de movimentos populares, muitos deles semeados pelas próprias CEBs, mas sem se confundir com elas. São essas as modalidades de movimento popular: 1º) Os movimentos de *reivindicação*; 2º.) Os movimentos de *resistência*; 3º) Os movimentos de *denúncia*; e 4º.) Os movimentos de *solidariedade* (1981, p. 28-29).

Em Mutuípe, em 1982, foi realizada uma mobilização pela falta de atendimento médico no município, já que as pessoas, ao serem internadas, tinham que pagar uma taxa no hospital, a qual, muitas vezes, não estava ao alcance dos trabalhadores rurais, como relata Angelina Santos Reis:

... nesse ano, surgiu uma grande dificuldade. O trabalhador, que fosse se internar, tinha que pagar uma taxa de mil cruzeiros; muitos não podiam e algumas mulheres ganhavam neném na porta do hospital ... para uma mulher rural ter criança, era preciso pagar essa taxa; então, tinha uma diferenciação no tratamento desigual do trabalhador da cidade com o trabalhador do campo.

O discurso de Angelina revela que o trabalhador rural era expropriado de alguns benefícios em relação aos trabalhadores da cidade. Nessa perspectiva, os trabalhadores rurais foram se organizando através das CEBs e conseguiram eliminar a taxa de internamento que era cobrada pelo hospital de Mutuípe. Para tanto, foi necessário trazer ao município o Superintendente do INAMPS³² (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), além de participar de audiência com os representantes do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Assim, foram-se criando as bases para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), num processo demorado e cheio de interferências políticas. Entretanto, no dia 10 de agosto do ano de 1986, foi fundado o STR de Mutuípe pelos próprios trabalhadores, em manifestação pública, no centro da cidade, como recorda Angelina Santos Reis: “foi a primeira manifestação pública em Mutuípe pelos trabalhadores.” A partir desse momento, as mobilizações populares em todas as Comunidades Rurais iam aumentando, surgindo novas associações comunitárias que atuavam nas localidades e que terminavam tornando mais visível o movimento sindical.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe, além das interferências do poder político e/ou econômico local, passou por diversas dificuldades no que se refere à

³² O INAMPS foi criado pelo regime militar em 1974 pelo desmembramento do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), que hoje é o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); era uma autarquia filiada ao Ministério da Previdência e Assistência Social (hoje Ministério da Previdência Social) e tinha a finalidade de prestar atendimento médico aos que contribuíssem com a previdência social, ou seja, aos empregados de carteira assinada. O INAMPS dispunha de estabelecimentos próprios, mas a maior parte do atendimento era realizado pela iniciativa privada; os convênios estabeleciam a remuneração por procedimento

estrutura física e o reconhecimento no âmbito nacional. Até o ano de 1988, os Sindicatos eram atrelados ao Estado, que estabelecia normas e regulamentos e um estatuto padrão expedido pelo Ministério do Trabalho. Com a promulgação da Constituição Cidadã (1988), é aprovado o princípio da liberdade e autonomia sindical. Esse fato proporcionou maior abertura e credibilidade ao Sindicato para empreender suas lutas e para definir com características locais seu Estatuto Social. Assim, o STR de Mutuípe obteve do Ministério do Trabalho a Carta Sindical que homologava o Estatuto, reconhecendo-o como órgão representativo da categoria profissional -Trabalhador Rural - integrando-se ao Plano da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em março de 1988.³³

Os Artigos 1º e 2º do Estatuto Social do STR³⁴ fixam suas bases territoriais e sua categoria profissional:

Art. 1º. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe é um órgão classista de massa, autônomo e democrático, constituído para fins de defesa e representação legal da categoria profissional dos trabalhadores rurais na base territorial de Mutuípe.

Art. 2º. A representação da categoria profissional abrange os assalariados na lavoura, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como os trabalhadores rurais autônomos e sobre qualquer forma de parceria, os pequenos produtores rurais, ou ocupantes de terras a qualquer título habitual ou regular, aposentados e pensionistas rurais.

Para o fortalecimento do movimento sindical e superação de tais dificuldades, os diretores do Sindicato e os líderes das CEBs continuavam realizando o trabalho de sindicalização e atendimento ao trabalhador rural de forma voluntária, como se pode observar nas narrativas de Manoel Martins Melo, ex-presidente do STR: “fazia de coração o trabalho, tirava dois dias do meu trabalho para atuar no sindicato”; e como confirma Beatriz Evangelista,³⁵ animadora da comunidade da Serra da Esperança: “participo dos encontros e das assembleias do Sindicato e gostaria de fazer muito mais, só que minhas tarefas são grandes.” Além dessas atividades, era realizada formação de

³³ Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

³⁴ Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mutuípe.

³⁵ Beatriz Evangelista é Agente Comunitária de Saúde e animadora da Comunidade Serra da Esperança. Entrevista concedida em 10 de janeiro de 2011.

equipes de estudos que faziam trabalho de base nas Comunidades Rurais sobre o sindicalismo.

De início, o número de associados ao STR foi bastante elevado, pois os trabalhadores associavam-se com intenção de viabilizar o cartão do INAMPS, fato que tornava a instituição de caráter mais assistencialista do que reivindicatório. Registra-se, portanto, até o ano de 2000, um número de 1900 associados. Todavia, em média, só 250 associados contribuía com a mensalidade sindical e participavam das assembleias. O processo de sindicalização ocorreu através da mobilização dos líderes das CEBs, que “conscientizavam” o trabalhador a filiar-se a um órgão representativo da classe, conforme lembra Gilvan Souza Santos:³⁶ “mostrávamos aos trabalhadores que, através do STR, podíamos encaminhar aposentadoria rural e os projetos do PRONAF (Programa Nacional de Agricultura Familiar), além do acompanhamento aos trabalhadores rurais nas questões trabalhistas.”

Dessa forma, as reivindicações realizadas pela classe trabalhadora foram se tornando políticas públicas e o STR de Mutuípe passou a expedir declarações para os trabalhadores que estavam para se aposentar, além de outras questões referentes às causas trabalhistas no município. Desde a sua fundação até o ano de 2000, o STR de Mutuípe atuou de forma intensa, desenvolvendo trabalhos significativos no campo social e político. Observa-se, portanto, que as CEBs alteraram profundamente a atuação da Igreja Católica em Mutuípe, bem como em toda Diocese de Amargosa, momento marcado por uma experiência inovadora, plural e empenhada com as causas sociais. Frei Betto (1981) reafirma que as comunidades eclesiais funcionam como núcleos de articulação e motivação de militantes cristãos que atuam nos movimentos populares e nas organizações operárias de base. Mas as comunidades não se confundem com os grupos autônomos da base popular nem disputam com eles qualquer objetivo.

É importante frisar que as CEBs se envolveram no Movimento do Sindicato, fazendo grandes mobilizações, abaixo-assinado para encaminhar, por exemplo, as indicações para a Constituição Federal de 1988 e depois a Constituição Estadual e a Lei Orgânica Municipal. As CEBs agora passam a atuar diretamente no espaço político,

³⁶ Gilvan Souza Santos é vereador do PT (Partido dos Trabalhadores) e ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Entrevista concedida em 08 de agosto de 2010.

como recorda Gilvan Souza Santos: “aí veio a ousadia nossa, depois de vários anos nas CEBs, a gente entra no espaço político.”

Nas memórias coletivas dos membros da CEBs fica evidente que, no início, eles não queriam saber de política, pois era coisa para “gente grande:”

Lá atrás a gente não queria saber de política, porque achávamos que política não era pra gente, era para os grandes. Mas durante a caminhada das CEBs a gente percebeu que era preciso entrar para a política.³⁷

Nesse sentido, por ocasião das eleições de 1992, as CEBs e o movimento sindical discutem a proposta de lançar um candidato a vereador. Os líderes das CEBs e os sindicalistas, os quais, na maioria das vezes, eram as mesmas pessoas, colocaram em assembleia no sindicato o nome de Gilvan Souza Santos, já conhecido como Gil do sindicato, para pleitear uma cadeira na câmara de vereadores. É nesse sentido que as memórias coletivas dos membros das CEBs se reportam a “Gil do Sindicato” como sendo um candidato da comunidade, um “representante legítimo do povo.” Gilvan Souza Santos recorda do momento da escolha:

... então, Gil da CEB do Pastinho foi escolhido em assembleia do sindicato para ser candidato a vereador. Foi uma grande vitória para a Igreja, CEB, o Sindicato, pois foi o primeiro vereador, na história do município, indicado pelo movimento popular, vindo da CEB.

Esse processo de envolvimento sociopolítico culminou com a eleição de “Gil do Sindicato” para vereador nas eleições de 1992, pelo PT (Partido dos Trabalhadores) assumindo sua função em janeiro de 1993. A partir desse fato, as CEBs e o Movimento Sindical tinham seu representante legítimo na esfera política. Esse acontecimento resultou em várias interpretações que variavam conforme a participação e envolvimento de seus intérpretes nas comunidades e no movimento sindical. Por isso, muitos líderes de comunidade continuaram apoiando, outros se distanciaram.

³⁷ Idem

3. Considerações Finais.

As CEBs, na paróquia de Mutuípe, foram o “chão fértil” para o início de uma marcha de uma igreja empenhada com a causa “dos pequenos”. Numa cidade eminentemente rural, controlada por grandes fazendeiros e por grupos políticos dominantes, as CEBs defenderam os interesses da classe trabalhadora expropriada dos seus direitos, levando a igreja local a assumir seu compromisso cristão de defesa da vida ameaçada e viveu efetivamente a sua “opção preferencial pelos pobres” contra a pobreza. As CEBs foram ganhando autonomia ao longo do tempo dentro do quadro eclesiológico clássico, fizeram seu próprio caminhar, porém não houve um enfrentamento entre a igreja hierárquica ou, como diz Boff (2004), entre a Igreja da Tradição e a Igreja do Evangelho. Pode-se observar, no entanto, que “não foi igreja que fez a opção pelos pobres, os pobres fizeram opção pela igreja”.³⁸ A Igreja, nesse caso, oferecia espaços para reuniões, encontros, dava liberdade para que as CEBs desenvolvessem sua caminhada.

Durante as décadas de 1980 a 2000, a Igreja Católica de Mutuípe dá ênfase a uma evangelização priorizando as minorias, os necessitados e marginalizados da sociedade. O trabalho pastoral assume, portanto, uma esfera quase que total, numa linha predominantemente rural. Daí o grande envolvimento e participação das CEBs no movimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Essa participação na luta sindical foi significativa na medida em que permitiu uma maior discussão sobre a valor do sindicato, o imperativo da sindicalização e organização da classe trabalhadora, de acordo com os interesses de classe.

As atividades nas CEBs foram se desenvolvendo, tendo a Teologia da Libertação como base teológica; porém, houve resistência por parte de agentes pastorais e leigos da Igreja Católica local que, arraigados numa tradição da Igreja europeia, não aceitavam as mudanças pós conciliares, bem como das decididas nas Conferências Episcopais latino-americanas. Contudo, a ideia de que os cristãos não podiam acomodar-se frente à realidade, mas lutar para modificá-la, gerou no seio das CEBs um entusiasmo e uma inovação na qual a “fé e a vida”, a partir de então, não poderiam se dissociar.

³⁸ Essa é uma afirmação de Pedro Ribeiro de Oliveira. Leigo, sociólogo, acessor de CEB's na CNBB e organizador do Programa memória e Caminhada das CEB's na UCB – Universidade Católica de Brasília. In revista Memória e Caminhada (2004), nº 06.

Portanto, as CEBs de Mutuípe se tornaram um “celeiro” de lideranças leigas que souberam desempenhar seu lugar na sociedade que, por meio do sindicato, associações ou partidos políticos, proporcionaram aos seus membros uma maior “politização”.

4. Referencial Bibliográfico

ALBERTI, Verena (2003). *O fascínio do vivido, ou o que atrai na história oral*. Rio de Janeiro: CPDOC.

AMADO, Janaína (2001).(org) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro.

BOFF, Clodovis(1987). *Cristãos: como fazer política*. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro

BOFF, Leonardo (2004). *Leonardo Boff e as CEBs: um testemunho de caminhada*. In Revista Memória e Caminhada. Nº 06. Programa de Pesquisa e Documentação das Comunidades Eclesiais de Base. Universa. Brasília.

BRUNEAU, Thomas.(1974). *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Loyola.

CARAMURU, Raimundo (1967). *Comunidade de Base: Uma Opção Pastoral*. Decisiva. Petrópolis. Vozes.

COMPÊNDIO DO VATICANO II: (1968). *Constituições, decretos, declarações*. Petrópolis. Vozes.

CONFERÊNCIA DO EPISCOPADO LATINO-AMERICANO (1975). *Conclusões da conferência de Medellín*. São Paulo: Paulinas.

_____ (1979). *Conclusões da conferência de Puebla*. São Paulo: Paulinas,.

FREI BETTO, (1981). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2a edição. São Paulo: Editora Brasiliense.

HALBWACHS, Maurice (2004). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.

JOÃO XXIII (1999).*Carta Encíclica Mater et Magistra*. 10 ed. S. Paulo: Paulinas.

MAINWARING, Scott (2004). *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense.

MESTERS C. OROFINO F. (2010). *Sobre a Leitura Popular da Bíblia*. Disponível em: http://ar.geocities.com/rebilac_coordcont/mesters_orofino, acesso em: 27 julho de 2010.

MIRANDA. Antônio Francisco de (1979). *Puebla Sintetizado*. Aparecida-SP, Ed. Santuário.

NOVAES, Regina Reyes (1991). *Continuidades e rupturas no sindicalismo rural*. in Armando Boito (org.), *O sindicalismo brasileiro os anos oitenta*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

SEN, Amartya (1999). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.

SOARES, Paulo Célio (2001). *CEBs: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja*. O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979). Vassouras. Dissertação de Mestrado.